

Perspectiva ecológica na compreensão dos maus tratos infantis

CRISTINA SOUSA⁽¹⁾ & BÁRBARA FIGUEIREDO⁽²⁾

RESUMO

A natureza complexa e multifactorial das situações em que os maus tratos infantis ocorrem tem sido mais recentemente apontada pela investigação empírica, abrindo portas a novos modelos conceptuais e pondo em evidência as limitações e insuficiências explicativas dos modelos anteriores.

É neste contexto que surge, na compreensão dos maus tratos à criança, o modelo que o presente artigo pretende apresentar – o modelo ecológico – o qual oferece uma perspectiva integradora, capaz de sintetizar contributos de anteriores perspectivas e de evidenciar a natureza complementar da questão em estudo.

ABSTRACT

The complex and multifaceted nature of the circumstances in which childhood maltreatment occurs has been more recently assessed by empirical research, thus inspiring new conceptual models and emphasizing the limitations of previous ones.

The model to be presented in this article – ecological model – appearing in this same context of understanding of childhood maltreatment, offers an integrative perspective which takes into account the contributions of previous points of view and enables the understanding of the complementary nature of the issue.

⁽¹⁾ Licenciada em Sociologia. Mestranda do Instituto Superior Miguel Torga.

⁽²⁾ Professora Auxiliar no Departamento de Psicologia da Universidade do Minho.

1. O Modelo Ecológico

A abundante investigação desenvolvida durante quase três décadas no âmbito dos maus tratos infantis permitiu identificar, em associação com esta ocorrência, um elevado número de factores de risco (Figueiredo, 1998).

Na realidade, os estudos centraram-se em diferentes níveis de análise, em variáveis individuais (pais e filhos), na interacção familiar e/ou no contexto social e cultural, atribuindo ênfase a uma ou outra variável, ou conjunto de variáveis, como factores explicativos dos maus tratos infantis. Em geral, estes distintos níveis de análise estão de acordo com as orientações ou modelos que tradicionalmente guiaram e exerceram grande influência na produção teórica e empírica em áreas afins à compreensão dos maus tratos infantis – a Psicologia, a Pediatria, a Sociologia, o Direito, etc..

No Modelo Psicológico-Psiquiátrico – o primeiro retrato teórico dos pais que maltratam os filhos que surgiu nesta área de estudos – considera-se que são as características psicológicas e as desordens psicopatológicas dos pais os principais factores explicativos dos maus tratos infantis (e.g., Kempe & Helfer, 1972; Spinetta & Rigler, 1972; Helfer, 1973).

Este modelo é um exemplo do que Newberger e Newberger (1982) denominam por teorias unitárias ou de factor único. De acordo com Wolfe (1985), este modelo é essencialmente uma forma de compreender as características individuais dos pais que maltratam os filhos, em relação às suas experiências prévias e necessidades actuais. Desta forma, a atenção centra-se principalmente nos pais e relega para segundo plano processos e variáveis situacionais. Mesmo assim, a ausência de resultados consistentes que apoiem uma explicação psicopatológica não condena necessariamente, de acordo com o autor, o valor explicativo do modelo.

O Modelo Sociológico ou Sociocultural – orientação teórica que teve lugar no início dos anos setenta como reacção crítica ao modelo psicopatológico – impulsionou o reconhecimento da importância do contexto onde ocorrem os maus tratos à criança.

De acordo com este modelo, as condições sociais que deterioram a vida familiar e os valores e práticas culturais

que sustentam e justificam o uso da violência, são os principais responsáveis pela perpetração de maus tratos à criança (Gil, 1970; Gelles, 1973). Nesta perspectiva, os pais são vítimas de forças sociais, tais como o desemprego, as precárias condições sociais e económicas e o desajustamento social. A aprovação cultural da violência, como um recurso adequado para a resolução de conflitos que proporciona fundamento para o uso de castigo corporal, é também um dos factores considerados determinantes para explicar a ocorrência de maus tratos no âmbito do modelo sociológico ou sócio-cultural.

Tanto o modelo psicológico-psiquiátrico como o modelo sociológico defendem de forma implícita que as relações paterno-filiais são unidireccionais, ao considerarem unicamente a influência dos pais na compreensão das relações familiares. O Modelo Sociointeraccional supõe uma mudança significativa neste pressuposto básico, ao situar a ênfase nas influências bidireccionais entre os diversos membros da família, no estudo dos antecedentes que podem desencadear os maus tratos, bem como no estudo dos factores que podem levar ao uso excessivo de castigos físicos (Parke & Collner, 1975; Burgess, 1979).

Apesar deste modelo reconhecer a natureza multidimensional do fenómeno analisado, a sua atenção centra-se fundamentalmente na análise dos padrões disfuncionais de comportamento na interacção entre pais e filhos – pondo em evidência a reciprocidade de comportamentos aversivos, o reforço inapropriado de comportamentos aversivos, e o uso excessivo de castigos físicos – e na compreensão dos processos cognitivos e afectivos envolvidos, considerados enquanto dimensões mediadoras, na interacção entre pais e filhos – tais como os modelos de conduta, as percepções, as interpretações de acontecimentos e a expressão de afectos.

No contexto mais amplo desta orientação teórica, situa-se o modelo dos efeitos principais das características da criança, que dá particular atenção à vulnerabilidade da criança (Cicchetti & Rizley, 1981; Frodi & Lamb, 1980). De acordo com este modelo, certas características físicas e comportamentais da criança, em interacção com a experiência e competência parental e com a presença de elevados níveis de stress na família, podem funcionar como condições geradoras de situações de maus tratos.

Depois de quase três décadas de investigação na área dos maus tratos, alguns autores, reportando-se aos modelos teóricos anteriores, consideram que nenhum terá suficiente poder explicativo, já que, em qualquer episódio de maus tratos, são múltiplos os factores que operam simultaneamente. Na verdade, nenhuma teoria é susceptível de explicar todos os tipos de violência parental e é surpreendente que não parece haver um exemplo típico de maus tratos, como não parece haver um factor sempre constante e relevante para todos os casos.

Entretanto, nos últimos anos, as divergências entre as diferentes formulações teóricas surgem mais ténues, reflectindo o facto de partilharem importantes dados empíricos comuns e de não representarem necessariamente pontos de vista radicalmente opostos (Wolfe, 1987). Por sua vez, em vez de serem considerados como divergentes, os fundamentos sucessivamente apresentados pelos diferentes modelos que apresentamos anteriormente podem considerar-se como supostos contributos, que despertam a nossa atenção para diferentes correlatos, aspectos e manifestações dos maus tratos infantis, e decorrem da natureza verdadeiramente múltipla do fenómeno em causa. De acordo com esta interpretação, estas teorias diferem entre elas no que diz respeito ao nível de generalidade que assumem.

Dado os múltiplos correlatos dos maus tratos infantis, operando em diferentes níveis de análise, alguns investigadores tentaram organizar os factores de risco em processos identificados de forma conceptual e teoricamente significativa. Surge assim a resposta à necessidade amplamente reconhecida de integrar os distintos preâmbulos da etiologia dos maus tratos infantis, tal como acontece no Modelo Ecológico ou Ecosistémico (Garbarino, 1977; Belsky, 1980).

Garbarino (1977) e Belsky (1980) desenvolvem ambos o seu quadro conceptual a partir do Modelo Ecológico do desenvolvimento humano proposto por Bronfenbrenner (1977, 1979). Embora com algumas diferenças, integrados no pressuposto fundamental desta perspectiva, ambos os citados autores defendem que os maus tratos infantis podem ser melhor compreendidos se se consideram como o produto final de uma disfunção fundamental num complexo ecossistema com numerosas variáveis em interacção.

2. A Família como Ecossistema

De acordo com as proposições de Garbarino (Garbarino, 1977; Garbarino et al., 1982; Garbarino et al., 1986), a família é considerada: 1) um sistema social inserido num contexto social mais amplo, que é a sociedade e a comunidade na qual se inscreve; 2) um conjunto de indivíduos em interacção, envolvidos num processo contínuo de auto-definição e interpretação da realidade que os rodeia.

Ao considerar que a família não existe como uma unidade independente de outras organizações presentes na sociedade, a perspectiva ecológica alertou que uma conceptualização adequada dos maus tratos infantis deve reconhecer a influência que o contexto social exerce sobre a vida familiar.

Quando os membros de uma mesma família comunicam entre si, o comportamento de cada elemento reflecte a percepção que tem de si mesmo, e, mais importante, comunica a percepção que tem de cada um dos restantes elementos da família. Assim, por exemplo, se os membros de uma mesma família percebem um dos seus elementos como sendo uma pessoa sem valor, o comportamento para com esse indivíduo pode expressar repulsa. Deste ponto de vista, as autopercepções tanto quanto as percepções dos outros, ocupam, na perspectiva ecológica, um lugar central na compreensão da comunicação familiar em geral, e ganham particular relevância na compreensão da comunicação nas famílias com perturbação, em que a comunicação sofre distorções, tal como se verifica exemplarmente nas famílias em que os maus tratos infantis têm lugar.

O comportamento do indivíduo encontra-se influenciado pelas suas percepções actuais de si mesmo e dos outros, assim como pelos seus padrões de comunicação com os outros, previamente adquiridos e reforçados (Goffman, 1959; Bluner, 1969; Bronfenbrenner, 1979; Garbarino et al., 1982). Assim, as percepções que os membros de uma família têm de si mesmos e dos outros, em interacção com os padrões de comunicação previamente desenvolvidos e com as características individuais de cada membro da família, criam, conjuntamente, padrões de interacção únicos na unidade familiar.

Não obstante, e tendo em conta o modelo ecológico, a nossa compreensão dos maus tratos infantis deve agora ampliar-se: os padrões de interacção familiar devem ser incluídos no contexto social mais vasto em que emergem.

Saliente-se, antes de mais, que é mútua a relação do sistema familiar com o contexto social no qual se insere: as condições do contexto influem na vida familiar e as mudanças que ocorrem no seio familiar interferem no contexto social, tratando este de ajustar-se aos novos padrões familiares. Desta forma, estabelece-se entre a família e os sistemas extrafamiliares um processo contínuo de adaptação mútua (Bronfenbrenner, 1979; Garbarino, 1982).

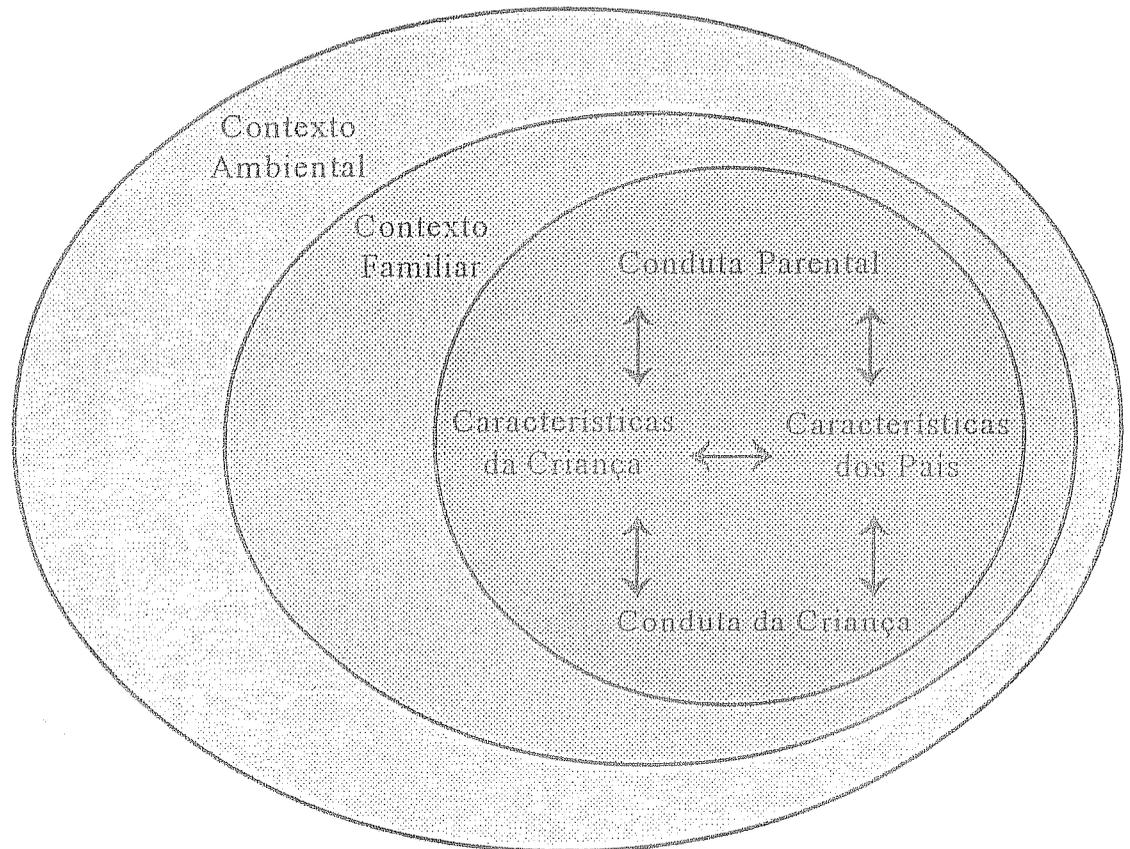
Neste processo de influências bidireccionais e reajustes mútuos, tem particular destaque, segundo esta perspectiva, a função que desempenham os sistemas extrafamiliares. Estes sistemas são transmissores de normas relativamente aos padrões de cuidado, podendo ou não ser aceites pela família, regulam a prática actual desses padrões através de um "feedback" correctivo, mantendo assim as práticas familiares em níveis aceitáveis para a comunidade. Este "feedback" proporciona aos pais informação acerca da adequação das suas práticas educativas e desempenha um papel crucial na formação de expectativas, valores e atitudes para com a criança (Parke & Lewis, 1981).

Ao invés, como iremos analisar seguidamente, nas famílias em que os maus tratos têm lugar, o ajuste mútuo família/ambiente, ou adquire características destrutivas ou simplesmente não existe (Garbarino et al., 1986).

No modo como temos vindo a conceptualizar, o universo único de cada sistema familiar deriva dos padrões internos de interacção entre os seus membros, assim como da interacção da família com o ambiente em que se insere. Assim sendo, os factores ecológicos e intervenientes nos maus tratos infantis podem representar-se a diversos níveis sob a forma de círculos (Garbarino, et al., 1986), como nos mostra a figura seguinte (ver figura 1).

Figura 1
Factores ecológicos e intervenientes dos maus
tratos infantis

(Adaptado de: Garbarino et al., 1986)



O círculo mais interno da figura acima refere-se aos instrumentos que, nesta perspectiva, caracterizam as relações paterno-filiais em geral, e que chegam a ser evidentes nas famílias onde se observa a presença de maus tratos à criança. O comportamento parental influencia a percepção que a criança tem dos seus pais, assim como as suas características pessoais. Esta, por sua vez, influi no comportamento da criança que, por outro lado, influencia as percepções dos pais, assim como as suas características pessoais. As percepções dos pais determinam as suas condutas, as quais influem na percepção dos filhos, e assim sucessivamente.

Este círculo de interações paterno-filiais tem lugar no contexto único do sistema familiar que, por sua vez, está imerso num contexto ambiental mais amplo.

Consequentemente, os factores de risco, assim como os factores protectores e recursos preventivos em cada um destes sistemas, determinarão a probabilidade, extensão e gravidade

dos maus tratos. De acordo com Garbarino et al. (1986), determinadas características em cada um destes sistemas e a mútua interacção dos factores que a eles pertencem, são elementos fundamentais para a compreensão dos maus tratos infantis.

Resumindo, a família, de acordo com esta perspectiva, pode conceptualizar-se como um ecossistema, ou seja, um grupo em interacção com o seu "habitat". Em condições ditas normais, o ecossistema manter-se-á num estado de equilíbrio dinâmico, em que existe um balanço adequado entre os recursos do sistema e os níveis de "stress". Não obstante, quando se produzem mudanças no exterior da família, relacionadas com mudanças no seio da família, pode produzir-se um estado de instabilidade ecológica, em que os níveis de "stress" excedem a disponibilidade dos recursos pessoais e familiares, e onde o conflito e a violência são uma possibilidade (Burguess & Youngblade, 1988).

3. A Interacção dos Factores de Risco e dos Factores Protectores: Níveis Ecológicos

Sem dúvida que a integração mais completa e detalhada dos diversos factores de risco implicados nos maus tratos infantis foi levada a cabo por Belsky (1980), no quadro do Modelo Ecológico. Este modelo, que amplia as contribuições de Garbarino (1977), está entre os modelos mais esclarecedores dos maus tratos infantis elaborados até ao momento.

Belsky (1980) resume desta forma as principais propostas teóricas do modelo ecológico.

- a) Os maus tratos infantis são determinados por forças múltiplas que actuam ao nível do indivíduo, da família, da comunidade, e da cultura na qual o indivíduo e a família estão imersos.
- b) Estes múltiplos determinantes estão ecologicamente interligados.
- c) Grande parte dos elementos que caracterizam o estudo dos maus tratos infantis (e que

possivelmente obstruíram o seu progresso) são mais aparentes do que reais.

O modelo formulado por Belsky integra a conceptualização dos contextos onde tem lugar o desenlace, proposta por Bronfenbrenner (1977, 1979) no seu modelo ecológico do desenvolvimento humano, e as análises do desenvolvimento ontogenético propostas por Tinberger (1951). A divisão do espaço ecológico em micro/macro ecossistemas proposta por Bronfenbrenner junto com a análise do desenvolvimento de Tinberger (1951), quando tomadas em conjunto, proporcionam ao autor um esquema útil para integrar e considerar simultaneamente os diferentes contextos implicados nos maus tratos infantis, assim como as diferenças individuais dos pais, que têm lugar como resultado das suas próprias trajectórias de desenvolvimento.

O resultado desta síntese é um modelo conceptual que permite ordenar de forma coerente, em quatro níveis de análise, os factores e processos explicativos que se consideram contribuir para a ocorrência dos maus tratos infantis. Estes níveis são: a) desenvolvimento ontogenético, b) o microssistema, c) o exossistema, e d) o macrossistema; e, no contexto dos maus tratos, exprimem-se do modo que a seguir se explica.

O desenvolvimento ontogenético representa a herança que os pais que maltratam os filhos trazem consigo para a situação familiar e o desempenho parental.

O microssistema representa o contexto imediato onde têm lugar os maus tratos, ou seja, a família.

O exossistema representa, como diz Bronfenbrenner (1979), as estruturas sociais, tanto formais como informais (por exemplo, o mundo do trabalho, a vizinhança, as redes de relações sociais, a distribuição de bens e serviços), que não estão relacionadas directamente com a pessoa em questão, mas afectam o seu contexto imediato e, portanto, influem nela (Bronfenbrenner, 1979).

Finalmente, o macrossistema representa os valores culturais e sistemas de crenças que permitem e fomentam os maus tratos infantis, através da influência que exercem aos três níveis, no indivíduo, na família e na comunidade (Belsky, 1980).

Os quadros seguintes pretendem ser uma resenha dos contributos de alguns autores que pretenderam analisar os factores envolvidos na explicação da ocorrência de maus tratos infantis, segundo os níveis ecológicos aos quais pertencem, que acabamos de apresentar (ver Quadro 1 e 2)

Quadro 1 Factores de risco dos maus tratos infantis/Níveis Ecológicos

Desenvolvimento Ontogenético	Microsistema	Exossistema	Macrossistema
Factores de Risco			
<ul style="list-style-type: none"> - História de maus tratos - História de negligência - Transtorno emocional e falta de suporte emocional na infância - Falta de experiências de cuidados de crianças - Ignorância acerca das características desenvolvimentais da criança e das suas necessidades - Histórias de desarmonia e ruptura familiar - Baixa auto-estima - Q.I baixo - Baixa competência interpessoal - Pouca capacidade empática - Pouca tolerância ao "stress" - Estratégias inadequadas de "coping" - Problemas psicológicos 	<ul style="list-style-type: none"> - Interação paterno/filial <ul style="list-style-type: none"> • desadaptada • ciclo crescente de conflitos e agressões • práticas de disciplina coerciva - Relações conjugais <ul style="list-style-type: none"> • conflito conjugal • "stress" permanente • violência e agressão • monoparentalidade • filhos não desejados - Características da criança <ul style="list-style-type: none"> • prematuridade • baixo peso à nascença • inactividade/apatia • problemas de comportamento • dificuldades temperamentais • hiperactividade • deficiências/ malformações físicas • tamanho da família 	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalho <ul style="list-style-type: none"> • desemprego • dificuldades económicas • perda de auto-estima e poder • "stress" conjugal • insatisfação no trabalho • tensão no trabalho - Vizinhaça e comunidade <ul style="list-style-type: none"> • desajustamento social • falta de apoio social - Classe social 	<ul style="list-style-type: none"> - Crise económica - Grande mobilidade social - Aprovação cultural do uso da violência - Aceitação cultural do castigo corporal na educação das crianças - Atitude face à infância (as crianças como posse) - Atitude face à família, à mulher, paternidade/ maternidade

(Adaptado de: Belsky, 1980; De Pául et al., 1988; Kaufman & Zigler, 1989)

O campo conceptual proposto por Belsky (1980) não só enfatiza o potencial âmbito causal que cada um dos factores discriminados desempenha individualmente, como também reconhece a sua interacção na etiologia dos maus tratos infantis. Concretamente, explicita as relações estruturais entre os factores individuais, familiares, sociais e culturais, que foram identificados em vários estudos como agentes causais do processo de maus tratos infantis. A propósito destas relações e efeitos interactivos, Belsky (1980) esclarece que: ao mesmo tempo que os pais que maltratam os seus filhos entram no microssistema familiar com uma história desenvolvimental que pode conduzi-los a tratar os seus filhos de forma abusiva ou negligente (desenvolvimento ontogénico), forças geradoras de “stress”, tanto em redor da família (microssistema) como para além desta (exossistema), podem aumentar a possibilidade de ocorrer um conflito entre pais e filhos. O facto de a resposta de um pai ao conflito e “stress” tomar a forma de maus tratos é uma consequência daquilo que os pais viveram na sua infância (desenvolvimento ontogenético) e dos valores e práticas de cuidado que caracterizam a sociedade ou subcultura na qual o indivíduo, a família e a comunidade estão inseridas (Belsky, 1980).

De acordo com Cicchetti e Rizley (1981), uma definição completa dos factores associados à etiologia dos maus tratos deveria incluir tanto factores de risco como factores protectores, dado que a conduta parental é determinada pelo equilíbrio entre os factores que aumentam a probabilidade que ocorram os maus tratos (factores de risco) e os factores que diminuem essa possibilidade (factores protectores). Os maus tratos têm unicamente lugar quando os factores de risco transitórios ou crónicos se sobrepõem ou anulam qualquer influência protectora.

Quadro 2

Factores protectores dos maus tratos infantis/níveis ecológicos

Desenvolvimento Ontogenético	Microsistema	Exossistema	Macrossistema
Factores Protectores			
<ul style="list-style-type: none"> - Q.I. Elevado - Reconhecimento das suas próprias experiências de maus tratos na infância - História de relações positivas (com um ou ambos os pais ou outra figura de vinculação) - Competências especiais - Competências interpessoais adequadas 	<ul style="list-style-type: none"> - Filhos saudáveis - Apoio do cônjuge ou companheiro - Segurança económica 	<ul style="list-style-type: none"> - Apoios sociais - Raros acontecimentos de "stress" - Devoção religiosa - Experiências escolares positivas e boas relações com os outros - Intervenções terapêuticas 	<ul style="list-style-type: none"> - Prosperidade económica - Normas culturais opostas ao uso da violência - Promoção do sentido de responsabilidade partilhada no cuidado das crianças

(Adaptado de: Belsky, 1980; De Pául et al., 1988; Kaufman & Zigler, 1989)

Como se viu no quadro 2, estes factores protectores podem ordenar-se, ao mesmo tempo que os factores de risco (descritos no quadro 1), de acordo com os níveis ecológicos de análise propostos por Belsky (Kaufman & Zigler, 1989).

Assim, entre os factores protectores ao nível do desenvolvimento ontogenético encontra-se a presença de quociente de inteligência (Q.I.) elevado, competências especiais, reconhecimento das suas próprias experiências passadas de maus tratos, resolução de não repetir o ciclo do abuso e história de relações positivas com um dos pais ou outra figura de vinculação.

Ao nível do microsistema, pode incluir-se a presença dos seguintes factores de compensação: filhos fisicamente saudáveis, apoio por parte do cônjuge ou companheiro e segurança económica.

Ao nível do exossistema, identificam-se como importantes factores protectores a presença de suporte social, poucos

acontecimentos “stressantes”, forte crença religiosa, experiências escolares positivas, boas relações sociais assim como intervenções psicoterapêuticas.

Finalmente, ao nível do macrossistema, a presença de prosperidade económica, valores e normas culturais opostas ao uso de violência e promoção cultural do sentido da responsabilidade no cuidado das crianças foram considerados como importantes factores protectores dos maus tratos à criança.

Por sua vez, Cicchetti e Rizley (1981) fazem uma distinção adicional entre factores de risco de vulnerabilidade e transitórios, em relação à duração dos seus efeitos.

Os factores de vulnerabilidade representariam as características ou condições de risco crónicas, descritas como défices nas características físicas (tais como as malformações congénitas), de personalidade (tais como a baixa auto-estima e os problemas psicológicos), ou na trajectória desenvolvimental da criança (experiências negativas da infância, tais como o isolamento social e a falta de suporte emocional).

Os factores de risco transitórios representariam elementos circunstanciais – isto é, de curta duração – indutores de “stress”, que podem pertencer, por exemplo, à categoria das relações conjugais (disputas conjugais, divórcio), à categoria laboral (desemprego) ou às características da criança (doença, baixo rendimento escolar).

Os referidos autores acrescentam que os factores protectores podem igualmente considerar-se de acordo com a curta ou longa duração dos seus efeitos. Assim, a presença de um cônjuge afectuoso, de um vizinho cooperante e activo, ou de uma criança facilmente adaptável, pode funcionar como um factor protector de grande amplitude; enquanto os aumentos salariais e as ajudas de familiares e amigos nos cuidados da criança podem considerar-se factores protectores transitórios.

De acordo com o modelo dos factores de risco propostos por Cicchetti e Rizley (1981), os antecedentes dos maus tratos infantis devem ser compreendidos numa perspectiva multifactorial, em que as múltiplas influências dos vários

factores de risco e de protecção são consideradas simultaneamente.

4. O Modelo Ecológico como Modelo Integrador

As relações que se estabelecem entre os factores associados com a ocorrência dos maus tratos infantis são de grande complexidade, o que em grande parte se deve à multiplicidade de níveis diferentes em que operam.

Os factores de risco e os factores protectores anteriormente considerados podem produzir efeitos bidireccionais, no entanto, devido ao facto da direcção do efeito de um determinado factor não ser específica, a previsão do seu impacto é difícil (Kaufman & Zigler, 1989).

Os efeitos provocados para além de não serem específicos são ainda variáveis. As diferenças na configuração dos restantes factores de risco e de protecção, tanto quanto as variações que possam existir nas causas dos mesmos, afectam o impacto do efeito provocado por um determinado factor de risco. Por exemplo, o efeito do desemprego, causado por razões individuais será diferente do efeito do desemprego causado por razões sociológicas (depressão económica). Por outro lado, o impacto do desemprego causado por razões individuais ou socioeconómicas afectará diferencialmente o indivíduo dependendo da disponibilidade de outros factores de protecção e de risco (Elder et al., 1990). Dado o cariz mutável de cada factor de risco, em diferentes contextos, e a possibilidade de efeitos bidireccionais, a identificação dos múltiplos antecedentes, a compreensão dos processos através dos quais diferentes factores que operam a diferentes níveis levam aos maus tratos infantis, bem como uma efectiva previsão, converte-se num trabalho extremamente complexo.

Em geral, a investigação na área dos maus tratos infantis empregou um modelo de investigação unicausal, confinado à análise das diferenças em domínios específicos – pais, criança, ou factores ambientais – entre grupos de maus tratos e de controlo, em oposição a um modelo multifactorial que incorpora medidas de cada um desses domínios.

A metodologia que se escolhe na identificação dos antecedentes dos maus tratos infantis é um factor na avaliação da importância de uma “causa” particular.

A maioria dos estudos que analisaram as relações entre maus tratos infantis e factores antecedentes utilizaram modelos retrospectivos (Belsky, 1980; Cicchetti & Aber, 1980; Cicchetti & Rizley, 1981), produzindo o que Garnezy denomina por “erro etiológico”, segundo o qual a análise retrospectiva produz sempre uma “causa”. Ao contrário, estudos prospectivos e de populações de risco permitiriam identificar grupos de risco, de pais e filhos, sob múltiplos factores de risco, relacionados com estruturas disfuncionais de interacção na família. Deste ponto de vista, os factores identificados a partir de estudos retrospectivos de causa única são úteis como indicadores de risco, no entanto não podem ser considerados suficientes para estabelecer um sentido causal. Só a investigação prospectiva permite examinar os antecedentes dos maus tratos de forma preditiva e identificar as características que propiciam ao aparecimento de maus tratos, as características que mantêm a existência de maus tratos e as características que permitem estudar a variabilidade no interior de grupos de risco (discriminando indivíduos que maltratam, de indivíduos que não o fazem) (Pianta, 1989).

Por outro lado, os numerosos factores que aparentemente distinguem grupos de controlo de grupos de maus tratos, produzem um dilema para os investigadores que procuram identificar um padrão causal nos antecedentes dos maus tratos, assim como para os profissionais no traçar de objectivos nos programas de intervenção e prevenção.

Posteriormente aos estudos de causa única, propuseram-se modelos diferentes que tentaram incorporar o maior número possível de antecedentes identificados numa estrutura compreensiva (Belsky, 1980). Estes modelos multifactoriais, baseados nas investigações de causa única, embora tenham desempenhado um importante papel na compreensão dos maus tratos infantis como um fenómeno multidimensional e multideterminado, apresentam ainda diversas deficiências. O principal problema destes modelos é que produziram resultados heterogéneos, dado que divergem na definição dos maus tratos, amostras e medidas utilizadas. Tendo em conta esta heterogeneidade metodológica e conceptual, é difícil tirar ilações válidas no que diz respeito aos processos causais que ocorrem numa determinada população ou no que diz respeito à relativa importância de um agente causal específico.

Neste sentido, é importante a distinção entre modelos multifactoriais dos maus tratos, baseados em investigações de causa única, de modelos integradores e compreensivos, baseados em investigação multivariada.

Este segundo tipo de modelos, em oposição ao primeiro, permite a identificação dos múltiplos antecedentes num mesmo estudo ou processo de investigação. De acordo com esta distinção, o Modelo Ecológico unicamente considerado como uma estrutura conceptual que permite ordenar os diferentes factores e correlatos dos maus tratos infantis identificados nas investigações unicasais, corresponde ao primeiro dos dois tipos de modelos multifactoriais discriminados. Como tal, o seu valor é o de um modelo descritivo que muito embora direcione a nossa atenção para os diferentes indicadores que devem ser examinados, não permite afirmar processos ou mecanismos causais.

Não obstante, o modelo ecológico considerado como um modelo compreensivo e integrador baseado na investigação multivariada, é representativo do segundo tipo de modelos. Como tal, o modelo ecológico pode também proporcionar um marco global que permite a comprovação de hipóteses acerca dos múltiplos antecedentes dos maus tratos infantis, os parâmetros que os definem e os seus efeitos de integração, assim como o desenvolvimento de estudos orientados para análises de processos.

Desta forma, a orientação ecológica proporciona também um modelo para a investigação que, num processo contínuo de avaliação e aperfeiçoamento, pode permitir uma melhor compreensão causal dos maus tratos infantis.

5. CONCLUSÃO

Ao longo deste artigo, apresentaram-se os sucessivos modelos segundo os quais os maus tratos à criança foram compreendidos na história recente do seu estudo.

O modelo sócio-interaccionista – que surgiu como uma reacção à conceptualização implícita dos modelos médico-psiquiátrico e sociológico que se assumiram como modelos

unidireccionais das relações paterno-filiais – abre caminho ao modelo ecológico, dado que dá particular importância às influências bidireccionais entre os membros da família, assim como aos antecedentes que podem levar e aos factores que podem manter os maus tratos à criança.

Os maus tratos infantis são um fenómeno complexo, e, tendo em conta o carácter limitativo dos anteriores modelos para abarcar essa circunstância, surge o modelo ecológico.

O modelo ecológico, tal como se explicou anteriormente, oferece um adequado enquadramento conceptual para a investigação e integração teórica no estudo dos maus tratos, permitindo organizar e integrar os diferentes factores de risco, os factores protectores, assim como os mais significativos processos envolvidos na perpetração de maus tratos à criança.

Abre portas para novos tipos de acções de intervenção e de prevenção, chamando a atenção para a necessidade de agirmos ao nível da redução dos factores de risco em todos os níveis ecológicos discriminados, tanto como ao nível da beneficiação dos factores protectores, igualmente discriminados em todos os níveis ecológicos.

REFERÊNCIAS

- Belsky, J. (1980). Child maltreatment: an ecological integration. *American Psychologist*, 35, 320-335.
- Blumer, H. (1969). *Symbolic interactionism: Perspective and method*. Englewood NJ: Preutice-Hall.
- Bronfenbrenner, U. (1977). Toward an experimental ecology of human development. *American Psychologist*, 32, 513-531.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The experimental ecology of human development*. Cambridge: Harvard University Press.
- Burguess, R.L., Youngblade, L.M. (1988). Social incompetence and the intergenerational transmission of abusive parental practices. G.T. Hotaling, D. Filkelhor, J.T. Kirkpatrick e M.A. Straus (Eds.), *Family abuse and its consequences: New directions in research*. London: Sage.
- Burguess, R.L. (1979). Child Abuse: a social interactional analysis. B.B. Lahey e A.E. Kazdin (Eds.). *Advances in clinical child psychology*. New York: Plenum.

Cicchetti, D., & Rizley, R.. (1981). Models and integrations, *Rochester Symposium on Developmental Psychopatology* (Vol. 3). University of Rochester Press.

Cicchetti, D., & Aber, L. (1980). Aloused children abusive parents: An overstated case? *Harvard Educational Review*, 50, 244-255.

Cicchetti, D., & Rizley, R. (1981). Developmental perspectives on the etiology, intergeneration transmission, and sequelac of child maltreatment. *New Directions for Child Development*, 11, 31-35.

De Paul, J. (Dir) (1988). *Maltrato y abandono infantil: Identificación de factores de riesgo*. Victoria: Servicio Central de Publicaciones del Gobierno Vasco.

Elder, G., Caspi, & Nguye, T. (1990). Resourceful and vulnerable children: Family influences is stressful times. R. Silbereisen e K. Eterth (Eds.), *Development in context: Integrative perspectives on youth developement*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.

Figueiredo, B. (1998). Maus tratos à criança e ao adolescente (I): situação e enquadramento da problemática. *Teoria, investigação e prática*, 3, 5-20.

Figueiredo, B. (1998). Maus tratos à criança e ao adolescente (II): considerações a respeito do impacto desenvolvimental. *Teoria, investigação e prática*, 3, 197-216.

Frodi, A.M., Lamb, M.E. (1980). Child abusers responses to infant smiles and cries. *Child Development*, 51, 238-241.

Garbarino, J. (1977). The human ecology of child maltreatment: A conceptual model for research. *Journal of Marriage and Family*, 39, 721-736.

Garbarino, J. Guttman, D., & Secley, J.W. (1986). *The psychological battered child*, London: Jossey-Bass.

Garbarino, J., (1982). *Children and families in the social environment*, Hallthorne, NY: Aldine.

Gelles, R.J. (1973). Child Abuse as psychopathology: A sociological critique and reformulation. *American Journal of Orthopsychiatry*, 43, 611-621.

Gil, D. (1970). *Violence against children: Physical child abuse in the United States*. Cambridge: Harvard University Press.

Goffman, E. (1959). *The presentation of self in everyday life*. New York: Doubleday.

Helfer, R.E. (1973). The etiology of child abuse. *Pediatrics*, 51, 77-789.

Kaufmen, J., & Zigler, E. (1989). The intergenerational transmission of child abuse. In D. Cicchetti & V. Carlson (Eds.), *Child maltreatment: theory and research on the causes and consequences of child abuse and neglect*. New York: Cambridge University Press.

Kempe, C.H., & Helfer, R.E. (1972). Helping the battered child and his family. Philadelphia: J.B. Lipponcott.

Lamb, M., Frodi, A., Hwang, C., Frodi, M., & Steinberg, J. (1980). Mother and father interaction involving play a holding in traditional and nontraditional swedish families. *Developmental Psychology*, 18(2), 215-221.

Newberger, C. M. (1982). The cognitive structure of parenthood: Designing a descriptive measure. *New Directions for Child Development*, 7, 45-67.

Newberger, C.M., & Newberger, E.H. (1982). Prevention of child abuse: theory, myth and practice. *Journal of Preventive Psychiatry*, 1, 443-451.

Parke, R. D., & Lewis, N.G. (1981). The family in context: a multilevel interational analysis of child abuse. *In* R.W. Henderson (Ed), Parent-child interaction: theory, research, and prospects. New York: Academic Press.

Parke, R.D., & Collmer, C.W. (1975). Child abuse: An interdisciplinary analysis, *in* E.M. Hetherington (Ed), Review of child development research (vol. 5) Chicago: University of Chicago Press.

Pianta, R., Egeland, B., & Erickson, M.F. (1989). The antecedents of maltreatment: Results of the mother-child interaction research project, *in* D. Cicchetti e V. Carlson (Eds), Child maltreatment: theory and research on the causes and consequences of child abuse and neglect. New York: Cambridge University Press.

Spinetta, J., & Rigler, D.L. (1972). The child abusing parents: A psychological review. *Psychological Bulletin*, 77, 296-304.

Tinbergen, N. (1951). The study of instinct. London: Oxford University Press.

Wolf, D.A. (1987). Child abuse: Implications for child development and psychopatology, London: Sage.

Wolf, D.A. (1985). Child abusive parents: an empirical review and analysis, *Psychological Bulletin*, 97, 462-482.